A lei de cotas por um fio: o retrocesso social atual

Universities' admission quotas in danger: the current social setback

Carina Lilian Fernandes Pinheiro*
Maria de Lourdes Soares**

Resumo – A conjuntura política atual exige que estejamos preparados para enfrentar uma realidade marcada por incertezas em relação aos direitos sociais. Eleito um governo de extrema direita e neoliberal, que preza pela economia acima de tudo, políticas sociais como a das cotas estão sendo atacadas. Já existe, inclusive, o projeto de lei federal nº 1.531/2019, que pretende acabar com as cotas raciais. Diante disso, é preciso refletir sobre a conjuntura atual na busca por caminhos alinhados à luta e à resistência. Por isso, neste artigo, objetivamos fazer uma reflexão sobre as perspectivas para as políticas sociais no Brasil nessa conjuntura política de desmonte e desregulação, analisando particularmente as notícias e reportagens veiculadas recentemente sobre os riscos de extinção da política de cotas. Vislumbramos que o Brasil de fato atravessa um momento de desfoque e regressão das políticas sociais e que a política de cotas é somente uma das que estão ameaçadas.
Palavras-chave: conjuntura; cotas; perspectivas; políticas sociais; extinção.

* Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Responsabilidade Social e Gestão de Projetos Sociais pela Faculdade Maurício de Nassau e Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: carinalfp@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7108-1472.

** Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e Pós-Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). E-mail: marialsc@terra.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1171-9251.

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

Abstract – The current political conjuncture demands that we be prepared to face a reality marked by uncertainties regarding social rights. A far-right neoliberal government, which values economy above all, has been elected and social policies such as admission quotas are being attacked. There is already a bill in Congress, no. 1531/2019, that intends to end racial quotas. Faced with this, it is necessary to reflect on the current conjuncture in search of ways aligned with social struggle and resistance. Therefore, in this article, we aim to reflect on the perspectives for social policies in Brazil, in this political conjuncture of dismantling and de-regulation, analyzing in particular the recent reports about the risks of extinction of the admission quota policy. We propose that Brazil is in fact going through a time of blurring and regression of social policies and that the admission quota policy is one of many that are threatened.
Keywords: conjuncture; admission quotas; perspectives; social politics; extinction.

Introdução

O projeto do governo eleito no Brasil para o período de 2019 a 2022 possui enfoque econômico, de extrema direita, neoliberal, que vangloria a ditadura e que credita o preconceito ao "coitadismo"[1]. Por isso, nesse contexto, é preciso entender e refletir sobre as perspectivas e conjecturas políticas e sociais que estão postas e expostas após a ascensão do presidente eleito, na tentativa de buscar caminhos de luta e resistência.

Para tentar colaborar com essa reflexão, neste artigo objetivamos apresentar e discutir algumas notícias e reportagens de diversos jornais e portais eletrônicos, no período de maio de 2018 a março de 2019, que contenham alguma indicação de como o novo governo pretende lidar e/ou conduzir as políticas sociais no país. Dessa maneira, partiremos de uma análise do que tem sido veiculado e pensado sobre a política de cotas e os riscos de sua extinção.

A política de cotas faz parte das chamadas ações afirmativas, criadas com o intuito de reparar/compensar desigualdades sociais históricas e discriminações sofridas por uma parcela da população, sejam relativas à etnia, gênero ou classe social, entre outras questões. Foi nesse sentido que foram criadas as cotas para ingresso nas instituições federais de ensino superior em 2012 e, posteriormente, em 2014, as cotas para inscrição em concursos públicos.

No entanto, essa política, assim como outras políticas sociais, vem sendo alvo de uma série de "ataques" e críticas. Várias notícias e reportagens foram publicadas sobre o assunto antes, durante e após a campanha eleitoral de 2018, contendo até mesmo declarações do próprio presidente eleito com apontamentos e/ou fortes indícios de que as cotas não são bem-vindas ou bem vistas pelo atual governo. Além disso, foram protocolados projetos de

[1] Termo utilizado pelo atual presidente em entrevista exclusiva ao jornalista Joelson Giordani, para a TV Cidade Verde, no Piauí, no dia 20 de outubro de 2018 (CALEIRO, 2018).

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

lei, em 2019, tanto em âmbito municipal, quanto estadual e federal, solicitando o fim das cotas.

Diante desse cenário de risco iminente, é possível perceber a importância de conhecer o que está sendo veiculado sobre o assunto e de analisar a conjuntura política atual, para entender o direcionamento social do governo eleito e a ameaça para as cotas. É primordial destacar que metodologicamente foram escolhidas notícias e reportagens que retratassem mais claramente as intenções do governo, com declarações do próprio Presidente Bolsonaro, bem como de fontes diversas, para uma perspectiva de reflexão mais ampla do que está sendo divulgado.

Essa reflexão, a partir das notícias e reportagens de fontes diferentes, vai possibilitar um maior entendimento desse momento atual e, possivelmente, uma ideia do que está por vir. É preciso entender os rebatimentos e consequências do que está sendo "plantado", para que não haja surpresa na "colheita", sobretudo porque esse direcionamento social do governo importa a todos e vai determinar e implicar diretamente no futuro do país.

A política de cotas: o que representa?

A política de cotas faz parte das chamadas ações afirmativas, as quais têm o objetivo de reduzir, minimizar e combater qualquer tipo de desigualdade social e discriminações sofridas por uma parcela rejeitada da população, em detrimento de raça, etnia, gênero, opção sexual, religião, deficiência, idade ou qualquer outra diversidade.

As ações afirmativas são bastante diversas e englobam: a concessão de preferências, a fixação de cotas, metas, incentivos ou tratamento jurídico diferenciado a um determinado grupo alvo de práticas discriminatórias ou com necessidades específicas (MENEZES, 2003). De acordo com o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMMA, 2017, n. p.):

> Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

Os Estados Unidos da América foi o primeiro país a adotar políticas afirmativas. No Brasil, elas são uma reivindicação dos movimentos sociais, sendo estabelecidas a partir de uma longa jornada e de duras lutas. A construção desse debate começou mais efetivamente após a redemocratização e impulsionou o poder público a instituir ações, leis e políticas na tentativa de diminuir a discriminação em prol da concretização da igualdade.

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

No que diz respeito à política de cotas no sistema educacional, o primeiro país a adotar um sistema de cotas raciais para acesso ao ensino superior foi a Índia, na década de 1930, para aqueles considerados de casta mais baixa, os chamados "Dalits". As cotas continuam em vigor no país e foram introduzidas na Constituição em 1949 (NASCIMENTO, 2016).

No Brasil, foi promulgada, em 1968, a primeira lei que estabelecia algum tipo de cota, uma conquista ainda muito distante da luta por acesso à educação dos segmentos historicamente discriminados. Isso porque a Lei nº 5.465 (BRASIL, 1968), que dispunha sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola, ficou mais conhecida como "Lei do Boi", por beneficiar os filhos dos grandes proprietários rurais.

Essa lei foi revogada em 1985, mas a partir dela o debate se intensificou, ganhando espaço público. A ideia de democracia social e racial começou a ser questionada e vários paradigmas históricos se enfraqueceram. Com isso, cresceram as cobranças para que o governo tomasse algumas medidas, e as chamadas políticas afirmativas ganharam vez e voz.

As políticas de cotas mais conhecidas no país são as que tratam do ingresso nas instituições federais de ensino superior e em concursos públicos, e sempre causaram muita controvérsia. Logo correntes opostas se revelaram: uma contrária, que defende a meritocracia; e outra a favor, a qual defende que os direitos e oportunidades não são iguais no Brasil.

Juridicamente, as cotas e as políticas afirmativas foram justificadas, quando da sua criação legal, pela igualdade material. O entendimento do Superior Tribunal Federal (STF) é de que as cotas não são inconstitucionais porque no Brasil o direito à igualdade é material e não formal ou estático (COGO, 2015). Isso quer dizer que nem todas as pessoas são consideradas iguais, ou que existem desigualdades que devem ser consideradas para se atingir a real equidade. Segundo Gomes (2001), na igualdade material ou substancial são avaliadas as desigualdades concretas da sociedade, de modo que as situações desiguais sejam tratadas de maneira desigual, na busca pela promoção da justiça social.

Além disso, é imprescindível, para entender a necessidade das cotas, conhecer e compreender as peculiaridades do contexto histórico brasileiro perpassado por profundas desigualdades sociais, pelo racismo, pelo preconceito à diversidade e pelo escravismo. Ou seja, para conseguir desvelar o surgimento das cotas no Brasil, temos que levar em consideração todos esses aspectos da nossa história, pois eles repercutem e respingam na realidade social até hoje. Nesse processo, entender a diferença elucidada por Ianni (2004, p. 23) entre os termos raça e racismo é crucial:

> A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a *metamorfose da etnia em raça*. A 'raça' não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

> desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. [...] Racializar ou estigmatizar o 'outro' e os 'outros' é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades.

A partir da análise de Ianni (2004) podemos depreender como o racismo está arraigado cultural e historicamente no Brasil, e o quão ele é naturalizado, banalizado e até desacreditado no cotidiano dos brasileiros. Essa ideia de estigmatização citada pelo autor também pode ser concebida no preconceito à diversidade de gênero, social, sexual etc.

Nessa perspectiva, é fundamental assimilar que no Brasil a igualdade de diretos e oportunidades é bastante relativa. O passado escravocrata do país, por exemplo, tem rebatimentos claros na realidade social atual. Foram três séculos de escravidão, mais de 300 anos de uma realidade social totalmente limitada e cerceada de direitos para os negros. Gerações e gerações foram afetadas. Isso sem mencionar que a escravidão não acabou de fato em 1988, com a assinatura da Lei Áurea; é preciso admitir e enxergar que ainda hoje existem casos de trabalhadores escravizados no Brasil, mesmo que sob outras condições.

Pensar sobre tudo isso é essencial, é esclarecedor, revelador e sobretudo um exercício de humanidade. Mas também é muito difícil, pois nos remete a pensar sobre as atrocidades cometidas no passado e no presente, as chicotadas dadas, o tratamento humilhante, degradante, atroz, desumano, desigual e discriminatório. Devemos, enfim, entender que essa realidade é um problema de ontem e de hoje, está refletida socialmente no nosso presente.

Somente para citar alguns dos inúmeros reflexos disso, segundo dados extraídos da *Revista Retratos*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em maio de 2018, o rendimento salarial médio de trabalho dos brancos no Brasil é quase o dobro do rendimento médio de negros. Enquanto para brancos a média é de R$ 2.814,00, para negros só chega a R$ 1.570,00 (GOMES; MARLI, 2018). Se analisarmos a taxa de analfabetismo em 2016, a diferença é mais que o dobro: para brancos é de 4,2%, enquanto que para pretos ou pardos chega a quase 10% (GOMES; MARLI, 2018).

Não podemos negar ou ignorar essas diferenças, uma vez que elas demonstram um pouco do quanto ser branco é distante de ser negro no Brasil. Precisamos pensar sobre isso e perceber as correlações desses dados com tudo que foi dito até aqui. Ainda é impossível acreditar em igualdade de diretos e oportunidades como absolutas no país. A realidade brasileira nunca foi justa e ainda está longe de ser. Daí a importância das políticas afirmativas no Brasil, elas existem por um motivo lógico, justo e real, e devem

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

ser entendidas como direito, nunca com a finalidade de reforçar preconceitos ou menosprezar o negro. Sobre a igualdade de oportunidades e sua relação com as políticas afirmativas, Santos (2010, p. 186) afirma que:

> Do ponto de vista político e operacional, o princípio da igualdade de oportunidades equivale à criação de iniciativas, dentre estas, as mais visíveis e polemicas, na conjuntura atual, giram em torno das ações afirmativas, que têm o objetivo de reparar danos socioculturais e morais que foram e são provocados toda vez que a dimensão da diversidade e da diferença entre os indivíduos assumiu ou assumir a forma de desigualdade. Trata-se de 'igualar' os indivíduos para que possam conquistar espaços institucionais (acesso à universidade, ao mercado de trabalho; a cargos políticos no âmbito partidário e sindical; salários iguais no exercício da mesma função etc.).

Dentre as políticas afirmativas, a política de cotas no ensino superior é considerada um marco, tanto por ter dado maior visibilidade a essas políticas, como por ter propiciado maior debate em torno das questões tratadas por elas. A política que trata de cotas no ensino superior foi instituída nacionalmente pela Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), versando sobre o ingresso tanto nas universidades federais, como nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Posteriormente, quase dois anos depois, foi criada a Lei nº 12.990/2014 (BRASIL, 2014), que trata das cotas para "concursos públicos [...] no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União" (BRASIL, 2014, n. p.).

No entanto, algumas instituições de ensino já adotavam algum tipo de cota muito antes da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), por isso, já existem dados relevantes sobre os resultados alcançados. Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, já existia um sistema de cotas desde 2004. Segundo Brito (2018), uma pesquisa nessa universidade mostra que mais de 7.600 estudantes negros conseguiram ingressar na instituição através das cotas durante esse período; desses, 3.422 concluíram a graduação. Além disso, o total de matrículas efetuadas por pretos ou pardos em cursos de graduação passou de 11% em 2011 para 30% em 2016, e "[...] o percentual de pretos e pardos que concluíram a graduação cresceu de 2,2%, em 2000, para 9,3% em 2017" (BRITO, 2018, n. p.). Ainda conforme o autor, em relação à pós-graduação, enquanto que em 2004 apenas nove pessoas negras haviam concluído, em 2017 foram mais de 540.

Analisando esses dados, observamos que são inegáveis os avanços, e que a política de cotas representa uma conquista para milhares de pessoas negras, indígenas, pobres e deficientes, as quais historicamente foram discriminadas e denegadas no Brasil e no mundo. Além disso, ela é uma representação das lutas e resistência de diversos movimentos sociais.

Nesse sentido, embora mereça algumas críticas e precise ser associada a outras políticas educacionais, essa política oportunizou o acesso

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

desses grupos historicamente esquecidos a uma educação superior pública federal de qualidade, bem como a possibilidade de competir mais equanimemente nos concursos públicos para acessar o mercado de trabalho.

Por isso, considerando sua importância e representatividade, vamos analisar algumas notícias e reportagens recentes que possam indicar algum risco ou ameaça à política de cotas no Brasil, levando em conta a conjuntura política ultraconservadora atual.

É o fim da lei de cotas?

Antes de analisar as possibilidades de seu fim, uma das primeiras coisas que precisam ser consideradas é que a Lei de Cotas não foi criada para ser eterna, por tempo indeterminado. Ao contrário, desde a criação, tanto a Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2012) como a 12.990/14 já estavam condicionadas a uma avaliação e revisão programada, prevista para quando completarem dez anos, como podemos observar no artigo 7º da Lei nº 12.711/12:

> No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012, n. p.).

Portanto, é interessante reforçar que essa política será revisada e poderá acabar em 2022, para as instituições federais de ensino superior, e em 2024, para os concursos públicos. No entanto, o que vamos analisar aqui será a possibilidade do fim precoce das cotas, ou seja, anterior ao tempo para revisão previsto em lei.

As duas primeiras notícias que chamaram mais fortemente atenção para o debate sobre as cotas e à questão racial foram referentes a uma entrevista do até então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, durante o Programa Roda Viva, da TV Cultura, exibido em 30 de julho de 2018. Entre as declarações, podemos citar "O português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam os escravos"; "Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém"; ou "Mandela não é tudo isso que se pinta aí, não" (CARTA CAPITAL, 2018, n. p.). Outra declaração que chamou bastante atenção, notadamente para o risco de extinção das cotas, foi: "Não vou falar que vou acabar [com as cotas], porque depende do Congresso. Quem sabe a diminuição do percentual. Não só para universidade, mas para concurso público. Pelo amor de Deus, vamos acabar com essa divisão no Brasil" (ANTUNES, 2018, n. p.).

Essas declarações "feriram gravemente" quem conhece a história de luta dos movimentos sociais que atuam no combate ao racismo e dos estudiosos das questões raciais no Brasil, mas também daqueles que sim-

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

plesmente são conhecedores da história do país. Porque basta conhecer de modo superficial a história para se sentir incomodado com essas declarações. Não bastasse desmerecer um dos maiores líderes negros da África, o presidente ainda insinuou que o negro é o culpado pela escravidão dele mesmo.

Outra notícia, veiculada ainda na época da campanha, expõe declarações de Bolsonaro com fortes indícios de que ele não acredita no racismo, nem na homofobia, tampouco no sofrimento de grande parcela dos nordestinos que vivem na miséria. Para ele, tudo não passa de "coitadismo". O agora presidente disse, ao ser questionado sobre o preconceito, em entrevista para a TV Cidade Verde, em outubro de 2018, que: "não tem que ter uma política" e que "Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso" (CALEIRO, 2018, n. p.).

A pobreza na Região Nordeste é bastante visível, conhecida e retratada pelos noticiários, novelas, filmes etc. Além disso, dados reforçam que o Brasil é referência mundial de pobreza e desigualdade social. De acordo com o portal eletrônico OP9, dados do IBGE indicam que "8 milhões de nordestinos sobrevivem com apenas U$ 2 por dia [...]. O índice faz com que o Nordeste tenha o maior número de pessoas em situação de extrema pobreza em relação ao restante do Brasil" (OP9, 2018, n. p.). Ainda conforme dados do IBGE, "o maior índice de pobreza é registrado na Região Nordeste, afetando 43,5% da população", e "A pesquisa de indicadores sociais revela uma realidade: o Brasil é um país profundamente desigual e a desigualdade gritante se dá em todos os níveis" (OLIVEIRA, 2017, n. p.).

Segundo Caleiro (2018, n. p.), Jair Messias Bolsonaro "[...] já disse em entrevistas que é 'homofóbico, com muito orgulho' e que preferia ter um filho morto a um filho homossexual". Bolsonaro também parece desconhecer que o preconceito sempre existiu, somente angariou novas nomenclaturas ao longo do tempo, quando diz que na sua infância "não tinha essa história de bullying" (CALEIRO, 2018, n. p.). A mesma reportagem faz menção a outro comentário polêmico e tido como racista do atual presidente em palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro. Ao relatar sua visita a um quilombo, ele afirmou que: "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais" (CALEIRO, 2018, n. p.).

Com todas essas menções aos discursos do eleito para governar o Brasil, não restam dúvidas de que ele não aparenta ser um apoiador das políticas sociais, como também se posiciona contrariamente às políticas afirmativas e às cotas, inclusive já tendo mencionado claramente, segundo Antunes (2018), que pretende ao menos reduzir as cotas, já que para acabar com elas dependeria do Congresso. Portanto, nesses termos, a extinção das cotas, ao menos parcial, não é somente uma possibilidade, mas uma vontade do presidente.

Já existem vários projetos de lei impetrados com a intenção de extinguir as cotas ou ao menos retirar as cotas raciais, tanto as relacionadas

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

aos concursos públicos, como as praticadas nas instituições de ensino. Antunes (2018, n. p.) faz referência a dois deles:

> Tramitam em conjunto dois projetos de lei que, se aprovados, poderiam restringir as cotas apenas ao critério social. São eles o PL 2.525, de 2011, de autoria do deputado federal Carlos Manato (PDT-ES), que determina reserva de 20% das vagas de concursos públicos federais para candidatos de baixa e renda, e o PL 5.008, de 2016, do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), que estabelece a cota social como único critério de seleção para ingresso na educação pública superior e em concurso, eliminando as cotas raciais.

A PL nº 5.008/2016 foi apensada à PL nº 2.525/11. No entanto, além dos citados por Antunes (2018), outros projetos de lei foram impetrados em 2019, como o de nº 470/2019, que propõe a retirada das cotas raciais das universidades estaduais do Rio de Janeiro. Um deles, inclusive, propõe a revogação total da Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2012), ou seja, o fim das cotas para o acesso às instituições de ensino.

Esse projeto de nº 1.443/2019, interpelado em 13 de março de 2019, foi sugerido contraditoriamente por uma professora, a então deputada federal Dayane Pimentel, do Partido Social Liberal (PSL), mesmo partido pelo qual o presidente foi eleito. Apenas seis dias depois, a mesma deputada substituiu essa proposição pela PL de nº 1.531/2019, a qual alvitrou a alteração dos artigos 3º, 5º e 7º da Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2012), no sentido de acabar com o que ela denomina no texto de "subcotas raciais" para ingresso nas instituições de ensino superior. O projeto ainda deve passar pela análise de diversas comissões até chegar ao Plenário.

Essa parlamentar foi citada em alguns casos polêmicos. Segundo Arraz (2018), Dayane Pimentel, considerada a candidata "oficial" de Bolsonaro no Estado da Bahia, teria favorecido o próprio pleito enquanto ocupava o cargo de presidente estadual da legenda:

> Das aproximadamente 60 candidaturas do PSL na Bahia, apenas uma recebeu dinheiro para campanha da direção nacional: a presidente estadual da legenda Professora Dayane Pimentel (PSL), justamente a responsável por controlar os recursos da sigla. Sem dinheiro para investir, outros candidatos confessaram insatisfação com a candidata a deputada federal que, como presidente, teria favorecido o próprio pleito. (ARRAZ, 2018, n. p.).

A deputada, citada em diversas outras reportagens, também já foi, de acordo com Lima (2019), acusada de "meter a mão" em R$ 483.000,00 do PSL pelo vereador David Salomão. Além disso, ainda conforme Lima (2019, n. p.), o vereador teria dito que o marido dela, Alberto Pimentel, é "um vagabundo cheio de antecedentes criminais", ao criticar o fato de ele ser secretário. Dayane e seu marido foram alvo de diversas críticas após ele

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

ter sido nomeado, mesmo sem experiência, para ser titular da Secretaria Municipal do Trabalho, Esportes e Lazer (Semtel) da prefeitura de Salvador. Rodrigues (2018, n. p.) destaca que Alberto é "empresário e sócio de uma loja de perfumes e cosméticos" e que essa nomeação faz parte de "uma tentativa do futuro presidente de aumentar a sua interlocução com a região".

Para além de filiados ao mesmo partido, a deputada e Bolsonaro têm opiniões bem parecidas, compartilham posicionamentos políticos e sociais conservadores sobre a mídia, sobre armamento, segurança pública, aborto etc. Em fevereiro de 2019 ela demonstrou apoio a um PL que sugeria proibir a venda de anticoncepcionais, alegando promover a defesa da vida (COELHO, 2019). Segundo Brinco (2018, n. p.), ela também foi criticada por querer promover a censura ao afirmar que Bolsonaro será "o grande fiscalizador, cuidando da agenda cultural e intelectual". Sobre isso, a deputada Fabíola Mansur declarou que:

> Aqui sempre defendemos o aumento da bancada feminina. Fiquei surpresa quando a recém-eleita deputada federal, ilustre desconhecida de Feira de Santana – cidade pela qual nada fez –, surfando na onda do presidente Bolsonaro, já veio fazer falas absolutamente despropositadas que Bolsonaro será o fiscalizador da agenda cultural e intelectual da Bahia. Não sabe essa nobre e recém-eleita deputada que a Bahia não aceita fiscalizadores à cultura. A censura está proibida na nossa Constituição. (BRINCO, 2018, n. p.).

Dayane já demonstrou ser forte aliada de Bolsonaro e ter bastante força política, já que foi a deputada mais bem votada na Bahia. Santos (2019) sugere que o projeto de Dayane que propõe o fim das cotas é bandeira de Bolsonaro. Por isso, esse projeto tem bastante peso e relevância, e deve ser visto com preocupação por quem defende a permanência das cotas.

Outra notícia preocupante relacionada ao fim das cotas foi publicada no site IG São Paulo. Ela destaca que um vereador negro quer acabar com as cotas raciais em concursos públicos no Estado, sob a alegação de que deveriam ser tratadas como racismo (IG SÃO PAULO, 2019). O vereador em questão, Fernando Holiday, filiado ao Movimento Brasil Livre (MBL), protocolou a PL nº 19/2019 na Câmara Municipal de São Paulo.

Ainda segundo a IG São Paulo (2019), Fernando também criticou o dia da consciência negra e chamou Zumbi dos Palmares de assassino escravagista. Sobre a avaliação à qual devem ser submetidos os candidatos negros para comprovação da etnia, ele afirma que:

> Aqui em São Paulo nós temos o tribunal racial, que basicamente tem o papel de analisar se você é negro ou não depois de aprovado em um concurso através de cota. É como se eles tivessem se inspirado no governo nazista da Alemanha. Tem pessoas que passam na prova e não são aprovadas pela comissão. Isso precisa acabar. (IG SÃO PAULO, 2019, n. p.).

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

O vereador, assim como Dayane Pimentel, também teve seu nome envolvido em notícias polêmicas. Uma delas foi quando ele foi acusado de ter feito caixa dois pelo ex-advogado de campanha, Cleber Teixeira. Segundo Segalla e Aranda (2017), Cleber disse que Fernando teria utilizado dinheiro não contabilizado para o pagamento de despesas pessoais.

Conforme destaca Tom (2018, n. p.), Fernando já foi chamado de "capitãozinho do mato" por Ciro Gomes, numa referência aos antigos capitães do mato[2] à época da Escravidão. No entanto, o vereador disse que iria processar Ciro por injúria racial. Nesse ponto, o autor acredita que ele "sucumbe ao mesmo 'vitimismo' que ele tanto condena" (TOM, 2018, n. p.) e que a defesa dos negros não pode ser oportuna à sua legítima defesa ou por conveniência. O autor considera que o comportamento do vereador se assemelha ao de um capitão do mato:

> O cavalo foi substituído pelo carro oficial e o chicote deu lugar a uma caneta, cujo uso parlamentar tem como prioridade, açoitar os direitos conquistados a duras penas, pela comunidade preta. Tudo para agradar aos seus senhores. Os mesmos que financiaram a sua campanha e o concedeu a chancela de ser um preto bem aceito. Nunca igual a eles, porém, aceito. (TOM, 2018, n. p.).

Tom (2018) continua seu discurso dizendo que o fato de Holiday ser preto, gay e favelado faz dele o alvo perfeito para ser usado e vender uma ideia de igualdade dos racistas e preconceituosos:

> O mote do preto, gay e favelado, como o próprio Fernando Holiday já se apresentou, é o enredo ideal para contar uma história de igualdade racial e de justiça social, escrita pela parte mais racista, preconceituosa e seletiva da nossa sociedade. E o que passar disso, é vitimismo, 'mi mi mi' ou qualquer outra bobagem que valha. De certa forma, os capitães do mato de outrora eram usados de forma semelhante. (TOM, 2018, n. p.).

Toda essa análise feita por Tom (2018) é bastante preocupante, pois a não aceitação da condição de negro pelo próprio negro é comum. Eles acreditam que aceitar que o passado escravista repercute até hoje na vida de milhões de negros é assumir um papel de inferioridade, de menos capacidade, de negação dos méritos já conquistados pelos negros na atualidade. Não conseguem olhar a totalidade do problema. Fecham os olhos para a desigualdade racial e de oportunidades. Tiram uma parte do todo, destacam somente a parte que querem ver, os exemplos que querem ter, e esquecem os demais, a esmagadora maioria.

[2] Conforme definição feita por Tom (2018, n. p.): "Normalmente, eram pretos alforriados ou até mesmo ainda escravizados, que eram selecionados pelos senhores de engenho, para vigiar escravos rebeldes e capturar os fugitivos. [...] Devido a autonomia e o 'cargo de confiança' que exerciam, estes pretos já não se consideravam iguais aos outros [...]".

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

Pensamentos que descredibilizam a história passada e atual do negro no Brasil são um grande empecilho e podem dificultar a permanência das cotas e a busca por novas conquistas nesse sentido. No entanto, não podemos deixar que esses entraves nos impeçam de continuar lutando. Como bem destacaram os jornais franceses, "são tempos sombrios" (RFI, 2018, n. p.), mas temos de resistir, porque o que está em jogo é valioso, a causa é justa e necessária.

Considerações finais

O que despertou a necessidade de escrever sobre o risco de extinção precoce das cotas foram justamente as notícias recentes veiculadas sobre o assunto, somadas aos projetos de lei impetrados em 2019, às declarações da nova equipe governamental e às perspectivas para as políticas sociais nessa atual conjuntura política, econômica e social.

São muitas as notícias e reportagens que indicam os caminhos ultraconservadores que o novo governo pretende seguir, o que pressupõe um período bastante difícil para as políticas sociais de uma maneira geral. Muitas perdas já foram concretizadas e a expectativa, infelizmente, é de que muitas outras virão. A intenção não foi esgotar o assunto ou dar conta de todo o debate, mas trazer um apanhado de notícias e reportagens recentes, de fontes diversas, que indiquem claramente o direcionamento do governo e as ameaças e riscos de extinção das cotas, para perceber melhor o problema e traçar estratégias de luta e resistência.

O recrudescimento do conservadorismo exacerbado, ou do ultraconservadorismo, se constitui como uma das maiores barreiras a essa luta. A conclusão, com base nas notícias e reportagens apresentadas, é a de que as perspectivas não são boas, que vivemos um período em que são esperados diversos retrocessos na área social, e que o risco às cotas, bem como às demais políticas sociais, é iminente e frequente.

Mas não é hora para esmorecer ou emudecer. É imprescindível falar, escrever, estudar, debater e aprofundar o assunto, estar preparado para enfrentar e encarar o embate. As saídas e possibilidades para conter essa onda ultraconservadora estão justamente na construção das lutas sociais e de uma resistência forte, organizada, estratégica e contundente. Além disso, estar atento e refletindo sobre essa conjuntura é fundamental para o fortalecimento das políticas sociais existentes e para evitar mais perdas de direitos.

O mais impressionante em tudo isso é que a vitória de Bolsonaro é a prova viva de que o preconceito existe sim, e pior, que ele não só existe como é apoiado em larga escala por mais de 57 milhões[3] de brasileiros, ou seja, tem mais força do que imaginamos.

[3] Em referência ao número de pessoas que optaram pelo voto em Jair Bolsonaro.

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

Referências

ANTUNES, L. Bolsonaro promete reduzir cotas para universidades e concursos. *Uol*, 24 ago. 2018. Coluna Uol Confere Promessas de Campanha. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/eder-content/2018/08/24/bolsonaro-promete-reduzir-cotas-para-universidades-e-concursos.htm. Acesso em: mar. 2019.

ARRAZ, L. Presidente do PSL-BA só destinou doações de diretório à própria campanha Eleitoral. *Bahia Notícias*, 18 set. 2018. Coluna Curtas do Poder. Disponível em: https://www.bahianoticias.com.br/noticia/226793-presidente-do-psl-ba-so-destinou-doacoes-de-diretorio-a-propria-campanha-eleitoral.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. *Lei 5.465, de 3 de julho de 1968.* Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5465.htm. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.990, de 29 de junho de 2014*. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRINCO, H. Dayane Pimentel defende censura na Bahia e é criticada por Fabíola Mansur: "Ilustre desconhecida". *B News*, 30 out. 2018. Coluna Política. Disponível em: https://www.bnews.com.br/noticias/politica/politica/219955,dayane-pimentel-defende-censura-na-bahia-e-e-criticada-por-fabiola-mansur-ilustre-desconhecida.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRITO, D. Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista. Agência Brasil, 27 maio 2018. Coluna Educação. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista. Acesso em: 13 mar. 2019.

CALEIRO, J. P. Bolsonaro promete fim do "coitadismo" de negro, gay, mulher e nordestino. *Exame*, 23 out. 2018. Coluna Brasil. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/. Acesso em: 13 mar. 2019.

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

CARTA CAPITAL. *O Roda Viva que Bolsonaro sonhava*. 31 jul. 2018. Coluna Política. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/o-roda-viva-que-bolsonaro-sonhava/. Acesso em: 13 mar. 2019.

COELHO, J. Deputadas baianas criticam 'proibição de anticoncepcional'; Dayane Pimentel diverge. *Bahia Notícias*, 7 fev. 2019. Coluna Curtas do Poder. Disponível em: https://www.bahianoticias.com.br/noticia/232141-deputadas-baianas-criticam-proibicao-de-anticoncepcional-dayane-pimentel-diverge.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

COGO, J. V. Princípio da igualdade, ações afirmativas e ADPF 186. *Jus*, abr. 2015. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/37838/principio-da-igualdade-acoes-afirmativas-e-adpf-186/3. Acesso em: 10 abr. 2018.

GEMMA. O que são ações afirmativas? Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/. Acesso em: mar. 2018.

GOMES, I.; MARLI, M. As cores da desigualdade. *Retratos: a Revista do IBGE*, n. 11, maio 2018.

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 38, n. 151, 2001.

IANNI, O. Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

IG SÃO PAULO. *Vereador do MBL quer acabar com cotas raciais em concursos públicos: "É racismo"*. 15 jan. 2019. Coluna Último Segundo/Brasil. Disponível em: https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-01-15/holiday-mbl-cotas-raciais.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

LIMA, W. Vereador acusa Dayane Pimentel de "meter a mão" em R$ 483 mil do PSL e chama marido de "vagabundo". *Rádio RBN*, 17 fev. 2019. Coluna Política. Disponível em: https://www.radiobahianordeste.com.br/home/vereador-acusa-dayane-pimentel-de-meter-a-mao-em-r-483-mil-do-psl-e-chama-marido-de-vagabundo/. Acesso em: 13 mar. 2019.

MENEZES, P. L. de. Ação afirmativa: os modelos jurídicos internacionais e a experiência brasileira. *Doutrina Civil*, out. 2003.

NASCIMENTO, I. F. *Lei de cotas no ensino superior:* desigualdades e democratização do acesso à universidade. Dissertação (Mestrado em Educação) – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, N. de. IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. *Agência Brasil*, 15 dez. 2017. Coluna Economia. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza. Acesso em: 10 abr. 2019.

DOI: 10.12957/REP.2020.47228

OP9. *Nordeste registra maior índice de extrema pobreza*. 15 maio 2018. Coluna Pesquisa NE. Disponível em: https://www.op9.com.br/ne/noticias/nordeste-registra-maior-indice-de-extrema-pobreza-do-brasil/. Acesso em: 10 abr. 2019.

RFI. *Governo Bolsonaro será sombrio, ultraconservador e imprevisível, dizem jornais franceses*. 31 dez. 2018. Coluna Brasil. Disponível em: http://br.rfi.fr/brasil/20181231-governo-bolsonaro-sera-sombrio-ultraconservador-e-imprevisivel-dizem-jornais-frances?ref=tw_i. Acesso em: 13 mar. 2019.

RODRIGUES, L. Aproximação: presidente do DEM nomeia secretário ligado ao PSL. *Metrópoles*, 27 dez. 2018. Coluna Política. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/aproximacao-presidente-do-dem-nomeia-secretario-ligado-ao-psl. Acesso em: 13 mar. 2019.

SANTOS, A. *Bandeira de Bolsonaro, projeto de Dayane põe fim às cotas raciais nas Universidades*. *Bahia.ba*, 15 mar. 2019. Coluna Política. Disponível em: http://bahia.ba/politica/dayane-apresenta-na-camara-projeto-que-poe-fim-a-cotas-raciais-nas-universidades/?fbclid=IwAR1xPeKL7gomKRbLe1uXpCJybqCIbgoLvBzGUDRXQvGa8P8Czkdm-pnTD4M. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTOS, S. M. de M. dos. Política social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. *In:* BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). *Capitalismo em crise:* política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

SEGALLA, V.; ARANDA, G. Ex-advogado da campanha de Fernando Holiday acusa o vereador de ter feito caixa dois. *El País*, 4 nov. 2017. Coluna Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/01/politica/1509567839_958242.html. Acesso em: 15 mar. 2019.

TOM, N. O dia em que Fernando Holiday descobriu que é preto. *Brasil 247*, 20 jun. 2018. Coluna Nêggo Tom. Disponível em: https://www.brasil247.com/pt/colunistas/neggotom/359029/O-dia-em-que-Fernando-Holiday-descobriu-que-%C3%A9-preto.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.

DOI: 10.12957/rep.2020.47228
Recebido em 05 de julho de 2019.
Aprovado para publicação em 06 de setembro de 2019.

A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.